



ESTADO MODERNO: DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E ECONOMIA

MODERN STATE: DEVELOPMENT, POLITICS AND ECONOMY

ESTADO MODERNO: DESARROLLO, POLÍTICA Y ECONOMÍA

Rodolfo Alves de Macedo¹

e443000

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i4.3000>

PUBLICADO: 04/2023

1 UMA BREVE REFLEXÃO

O presente trabalho trata-se de um ensaio elaborado para a disciplina *Teoria Social, Política e Educação*. Com o objetivo de analisar as interpretações sobre o processo social e político que produziu o Estado moderno e a sociedade capitalista e suas inerentes contradições, a bibliografia da unidade I – Estado moderno: desenvolvimento, política e economia – consistiu em Furtado (1968), Ianni (1965) e Marcuse & Neumann (1999a, 1999b).

No prefácio à nova edição de sua obra *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, Celso Furtado (2000) afirma que uma tradição persistente na teoria do desenvolvimento é a noção de que a explicação do desenvolvimento em países mais desenvolvidos seria suficiente para dar conta de explicar o subdesenvolvimento; nesse sentido, caberia aos países subdesenvolvidos trilhar o mesmo caminho dos países desenvolvidos. Porém, Furtado (2000, p. 10) argumenta que seu ponto de vista é distinto, e o subdesenvolvimento é “tratado como fenômeno coetâneo do desenvolvimento”. Isto é, o fenômeno do subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento, mas uma condição histórica. Para chegar a seu argumento, retoma concepções econômicas clássicas à análise keynesiana.

Os autores clássicos, dentre eles David Ricardo e Adam Smith, tinham ideias pré-Revolução Industrial, procurando entender a razão da produtividade do fator trabalho, desde a economia agrária até a indústria. Para compreender tal questão, o conceito de produto social é mobilizado, entendido como tudo aquilo que é produzido coletivamente em sociedade. Os clássicos percebiam a desigualdade na distribuição do produto social, visto que, a produção é social e coletiva, mas a apropriação é individual, na figura do capitalista, uma vez que o próprio sistema capitalista consiste em: 1. relações de produção (exploração) e; 2. forças produtivas.

Marx, por sua vez, pautado em uma visão filosófica sobre a Economia Política, tem o problema das relações de produção como centro de suas preocupações, e vai encontrar na teoria do

¹ Mestrando em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Cultura e Educação pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), Sociologia e Ensino de Sociologia pelo Claretiano Centro Universitário e Psicopedagogia Educacional pela Universidade Anhembi Morumbi. Graduado em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Trabalho elaborado, inicialmente, para a disciplina “Teoria Social, Política e Educação”, ministrada pela Profa. Dra. Leda Maria de Oliveira Rodrigues no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ESTADO MODERNO: DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E ECONOMIA
Rodolfo Alves de Macedo

valor-trabalho dos economistas clássicos a fundamentação de sua Teoria da Mais-valia (excedente da produção que garante o aumento do capital constante e deve ser maior do que este para gerar lucro). Para isso, Marx distingue o *capital constante* (C) – meios de produção, depreciação dos equipamentos, matérias primas consumidas, combustíveis, entre outros – e o *capital variável* (V) – salário dos trabalhadores.

Marx fundara em *O Capital* uma sólida construção teórica que serviu de arma contra o regime capitalista. Como contraponto, as formulações neoclássicas tiveram de rever e reformular conceitos, resultando na teoria do equilíbrio geral, tendo como fator preponderante a utilização ótima dos recursos. Isto é, segundo a ideologia liberal, o preço, a partir da oferta e procura, determina que os recursos sejam utilizados de maneira mais racional possível, a fim de atingir a maturidade econômica. Segundo Furtado (1968, p. 38), “A base do modelo neoclássico está constituída por uma função de produção que admite todas as combinações possíveis de fatores”. Logo, seriam viáveis quaisquer combinações de capital e trabalho em um capitalismo *laissez-faire*, sem intervenção do Estado. Nesta conta, encontramos hoje desde trabalhadores formais até informais auto explorados sob a prerrogativa do empreendedorismo representada no *self-made man*.

Uma vez que o capitalismo *laissez-faire* se comporta de maneira cíclica e com crises de estabilidade, torna-se necessário uma maior intervenção estatal. Por exemplo, em um cenário de grande desemprego como o que vivemos, é fundamental que o Estado intervenha com uma política de estabilização, e, para isso, pressupõe-se grande nível de inversão para garantir a capacidade produtiva. Neste sentido, a obra de Keynes se mostra de grande relevância e fornece uma grande contribuição em relação ao papel do Estado no desenvolvimento econômico.

Na mesma direção, Ianni (1965) argumentará sobre o *desenvolvimento equilibrado*. O Estado está na cúpula do sistema de apropriação e de dominação. Isto é, possui ou não o domínio dos meios de produção e das forças produtivas. “Através da política econômica posta em prática pelos governantes, acelera-se ou reduz-se a substituição das importações, defende-se ou estimula-se o abandono à sua sorte um setor de produção, modifica-se o mercado de força de trabalho etc.” (IANNI, 1965, p. 55). Portanto, o Estado toma a iniciativa das reordenações, controles e estímulos em momentos de crises, para que estas não se aprofundem. Tendo em vista um equilíbrio mínimo, o Estado irá acudir um setor ou outro, visto que o *status quo* não admite desequilíbrios. Assim, elimina-se uma distorção, mas outra é gerada.

Outro ponto abordado por Ianni é a *industrialização*, e como se dá a construção da indústria do ponto de vista físico e os meios de trabalho. Logo no início, afirma que “Todo o esforço do desenvolvimento nacional tem por objetivo fundamental a expansão das atividades industriais. A substituição das importações, para dar autonomia e autossustentação ao desenvolvimento do país, concentra-se na produção de meios de consumo e de produção industriais” (IANNI, pp. 62-63). Aqui, destaca o processo de transição do capital agrário-exportador hegemônico à época para o capital urbano-industrial, ressaltando o papel interventor do Estado na configuração do capitalismo no Brasil, visto que são necessários recursos políticos e grandes aportes de capital, além de experiência



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

ESTADO MODERNO: DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E ECONOMIA
Rodolfo Alves de Macedo

técnica e um mercado consumidor. Entre as décadas de 1930 e 1940, o Brasil estava suscetível à industrialização, que se instala com o governo Vargas, por meio de acordo com os Estados Unidos, que empresta dinheiro em troca de soldados brasileiros para lutarem na Segunda Guerra Mundial. Nota-se também a importância do café (enquanto capital interno e externo). Após a década de 1930, o Brasil ingressa em um processo de desenvolvimento, modificando juntamente, as tramas dos sistemas de relações no que tange a política cambial, monetária etc.

Entretanto, um ponto chave tratado por Ianni é as “falsas dualidades”. Sua tese trata-se de que as diferentes regiões do Brasil são desiguais, em termos de desenvolvimento, por não ter existido integração por meio do Estado. Desta forma, a região nordeste ser considerada subdesenvolvida, contrariamente à região sul, a título de exemplo. Essa dualidade carrega em seu cerne o preconceito.

Diante de tal processo de complexa industrialização e de mudanças sociais, chegamos aos artigos de Marcuse & Neumann (1999a, 1999b), onde buscam explicar as mudanças sociais. Para isso, retomam a história das mudanças sociais ao longo dos diferentes períodos históricos e correntes de pensamento.

Iniciando na filosofia antiga, “as teorias da mudança social eram basicamente determinadas pela busca de uma existência mais frutífera, de um relacionamento adequado entre os indivíduos, da realização das mais elevadas potencialidades do homem, de condições que resultassem em bem-estar e felicidade” (MARCUSE; NEUMANN, 1999a). Tal perspectiva considera os indivíduos e suas necessidades em relação ao mundo em que viviam, prezando pela vida plena. O indivíduo, por sua vez, concebido seu Ser em movimento.

Já durante a Idade Média, a visão de mudança social não se dava mediante vontade divina. Segundo Marcuse & Neumann (2009a, p. 144), “A teoria medieval vê o problema da mudança social dentro de uma totalidade de ordem hierárquica estática do mundo criado em sua relação com a *Civitas Dei*”. Dessa forma, entende-se que a estratificação social de estamentos, típica da Idade Média, é uma ordem preestabelecida pelo divino, sem possibilidade de mobilidade. A filosofia social tomista se colocava de modo a justificar uma sociedade hierárquica. Por outro lado, doutrinas heréticas como o averroísmo latino propunham a igualdade da razão dos indivíduos, e, portanto, responsáveis pela organização de sua própria vida. Aqui, uma visão materialista da mudança social se coloca e produz um conjunto de ideias críticas dos modos tradicionais de vida.

A partir de uma visão psicológica e sociológica mais abrangente, Maquiavel seculariza o Estado e a sociedade civil, e rejeita a visão de que a mudança social seguiria um padrão de harmonia. Este ciclo seria essencialmente de ordem e desordem. O mundo, natureza e sociedade, seriam governados pelas mesmas leis objetivas inevitáveis, e caberia à razão humana a interpretação dessas leis. De toda forma, o questionamento permanece até nossos dias: como uma ordem social se estabelece e se perpetua?



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ESTADO MODERNO: DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA E ECONOMIA
Rodolfo Alves de Macedo

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

FURTADO, Celso. Prefácio à nova edição. In: FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IANNI, Octavio. **Estado e Capitalismo**: estrutura social e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MARCUSE, Herbert & NEUMANN, Franz. Uma história da doutrina da mudança social. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999a. p. 139-150.

MARCUSE, Herbert & NEUMANN, Franz. Teorias da mudança social. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999b. p. 153-191.